

11



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ____/____/____
cod. 03100095

DECRETO Nº 15.849 DE 01 DE OUTUBRO DE 1997

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas prerrogativas constitucionais,

Considerando que é dever do Estado proteger o patrimônio cultural brasileiro e, mais especialmente, as manifestações das culturas populares dos diversos grupos participantes do processo civilizatório nacional;

Considerando que as comunidades rurais afro-brasileiras são portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos grupos que se destacaram na defesa dos valores nacionais e estaduais voltados à preservação dos aspectos culturais;

Considerando que o poder público é responsável pela proteção e resgate desse patrimônio cultural das comunidades afro-brasileiras;

Considerando a obrigatoriedade imposta ao poder público em outorgar títulos de propriedade às comunidades remanescentes de Quilombos que estejam ocupando suas terras;

Finalmente, considerando que as comunidades negras tradicionais são portadores dos direitos referentes ao patrimônio cultural maranhense na forma do Parágrafo 1º do Art. 228 da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam declarados como prioritárias para fins de legalização, desapropriação e outras formas de acautelamento previsto na legislação pertinente, nos termos do Arts. 228 parágrafo 1º e 229 da Constituição Estadual, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades de Quilombos e comunidades negras tradicionais, situadas nos seguintes imóveis rurais:

- a) Santa Maria, Piqui, Mata de São Benedito, Mocambo e Santa Rosa, do Município de Itapecuru-Mirim;
- b) Cipó e Jenipapo do Município de Caxias;





ESTADO DO MARANHÃO

- c) Finca-pé do Município de Presidente Vargas;
- d) Itamatatua e São Raimundo do Município de Alcântara;
- e) Olho D' Água do Município de Olinda Nova;
- f) Jamari dos Pretos do Município de Turiaçu;
- g) Santo Antonio dos Pretos, Mocarongo e Eira dos Coqueiros do Município de Codó.

Art. 2º - Determinar que os referidos imóveis insertos em áreas públicas estaduais obtidas através do procedimento de arrecadação sumária previstos nos Arts. 4º e 5º da Lei Estadual de Terras nº 5.315/91 da Discriminação de Terras Devolutas, orientado pela Lei Federal nº 6.383/76 e, ainda, mediante o processo de aquisição, sob a jurisdição do ITERMA, tenham suas áreas medidas e demarcadas e, em seguida, tituladas mediante a outorga do Título de Propriedade ou Reconhecimento de Domínio, neste caso quando não se tratar de terras publicas, com cláusulas "pro-indiviso" e de inalienabilidade.

Art. 3º - Facultar a criação do Projeto Especial Quilombola em áreas obtidas na forma do Art. 2º deste Decreto, para atender as situações de comunidades remanescentes de Quilombos e demais grupos afro-brasileiros.

Art. 4º - Determinar ao ITERMA que defina Instruções Normativas, mecanismos e meios indispensáveis à criação e implementação dos projetos especiais Quilombolas, de modo a assegurar a consecução dos fins por estes propostos.

Art. 5º - Autorizar a Secretaria de Fazenda e do Planejamento adotar as providências objetivando orçamentar e repassar ao ITERMA os recursos financeiros destinados ao atendimento dos projetos especiais Quilombolas.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS,
EM 01 DE OUTUBRO DE 1997, 176º DA INDEPENDÊNCIA E 109º DA REPÚBLICA.

Roseana Fenney

RECONHECENDO A NEGRITUDE

De Jesus



A governadora Roseana Sarney com as lideranças negras no Palácio Henrique de La Rocque

Decreto cria assentamento quilombola no Maranhão

Durante solenidade realizada ontem no Palácio, a governadora Roseana Sarney lançou o programa de afirmação da cidadania dos descendentes de escravos. Assinou decretos criando o primeiro assentamento especial quilombola do Maranhão, em Jamari dos Pretos, no município de Turiaçu, e considerando prioritárias as ações de assentamentos em outras 13 áreas. PÁGINA-2

JORNAL O IMPARCIAL
SÃO LUÍS-MA, 02/10/97

MA é pioneiro no assentamento de comunidades negras

Lançado ontem no palácio Henrique de La Rocque, o programa que vai regularizar a situação das comunidades negras remanescentes de quilombos. Dois decretos assinados pela governadora Roseana Sarney reconhece a regularização de 14 áreas. O programa atinge 61 povoados em sete municípios. Ao todo 1.410 famílias serão beneficiadas. O projeto é pioneiro no país.

(Página 4)



JORNAL O DEBATE
SÃO LUÍS (MA) 02/10/97

Roseana cria assentamento em área negra

O Governo do Maranhão intensifica as ações na zona rural. Em solenidade hoje, 01/10, às 15h30, no Palácio Henrique de La Rocque, a governadora Roseana Sarney assina decreto criando o primeiro projeto de assentamento estadual em área remanescente de quilombo ou de comunidade negra tradicional. O assentamento vai beneficiar as 152 famílias que vivem em Jamari dos Pretos, área de 13.980 hectares, localizada no município de Turiaçu.

Na mesma solenidade, a governadora vai assinar um outro decreto, estabelecendo como prioritárias as ações de assentamento em 13 áreas remanescentes de quilombos ou de comunidades negras tradicionais. Ao todo, incluindo Jamari dos pretos, as áreas somam mais de 80 mil hectares, onde vivem cerca de 1.400 famílias, que, além de terem garantido o direito de propriedade da terra, vão contar com apoio para incrementar a produção.

O presidente do Iterma, Marcos Kowarick, informou ainda que a governadora vai entregar aos representantes das comunidades que participarão da solenidade, os laudos antropológicos que caracterizam as áreas como quilombolas ou remanescentes de comunidades negras tradicionais. "Com essas ações, o que o governo quer é garantir o direito à propriedade da terra e dar condições para melhorar as condições de vida destas comunidades, através, principalmente, do incremento da produção", disse Marcos Kowarick.

As 13 áreas em que as ações de assentamento terão prioridade, de acordo com o decreto a ser assinado hoje, são: Mata de São Benedito, Mocambo, Santa Rosa e Piqui/Santa Maria (em Itapecuru-Mirim); Mocarongo, Santo Antonio dos Pretos e Eira dos Coqueiros (Codó); São Raimundo e Tamatatiua (Alcântara); Comunidade Negra Rural de Cipó e Jenipapo (Caxias); Finca-Pé (Presidente Vargas); e Olho d'Água (Nova Olinda).

JORNAL PEQUENO
SAO LUIS - MA, 01-10-97.

Projeto Terra de Quilombos

O Projeto Terra de Quilombos é resultado do compromisso de cooperação técnica entre o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), objetivando o reconhecimento e a regularização das áreas remanescentes de quilombos e comunidades negras tradicionais, além da preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável nessas glebas, conhecidas como "terras de preto". O convênio, assinado em 25/11/96, buscou contemplar as reivindicações feitas pela SMDDH, Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), Coordenação Estadual dos Quilombos Maranhenses (CEQ-MA) e Fetaema, entre outras entidades, sendo que os trabalhos só se iniciaram em janeiro de 97 por questões administrativas.

Nessa primeira etapa, a SMDDH realizou levantamentos cartoriais, estudos antropológicos e levantamento sócio-econômico em 15 áreas, situadas em 10 municípios (Itapecuru-Mirim, Codó, Caxias Matinha/Olinda Nova, Alcântara, Vargem Grande/Presidente Vargas, Mata Roma e Turiaçu). Foram 1.800 famílias beneficiadas pelo projeto, distribuídas em 61 povoados.

Além da identificação das áreas remanescentes de antigas formações sociais negras, foram sistematizados pela SMDDH os modelos agrários dessas comunidades, sendo que a detecção dos problemas ambientais na Bacia do Rio Itapecuru e adjacências será efetivada pelo Iterma. Do mesmo modo, essa instituição oficial implementará projeto de desenvolvimento sustentável com ampla participação das comunidades de modo a se habilitarem em programas de apoio como PAPP/Comunidade Viva, Procera e outros.



Conforme termo de compromisso, coube ao Iterma, além do repasse dos recursos, fornecer à entidade conveniada apoio técnico-administrativo necessário ao bom desempenho do projeto.

Os trabalhos realizados pela SMDDH contaram com uma equipe composta por advogados, antropólogo, pesquisadores de campo, fotógrafo e cadastradores. Para a execução do projeto foi firmado um convênio entre a Secretaria de Planejamento e o Iterma, com recursos oriundos do Bando Mundial (Bird), aportados pelo Prorama de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), na ordem de R\$ 133.270,00. Para as atividades realizadas pela SMDDH (levantamento cartorial, estudo antropológico e levantamento sócio-econômico) foram repassados à entidade R\$ 82.760,00.

Daqui por diante, o Iterma será responsável pela demarcação, titulação coletiva e infra-estrutura (eletrificação, poços artesianos, habilitação, estradas, postos de saúde, escolas etc) das áreas beneficiadas pelo projeto.

Os documentos (relatórios de áreas) serão entregues dia 01/10/97, para governadora Roseana Sarney e para o presidente do Iterma, às 16:00.

→ JORNAL O IMPARCIAL
SAO LUIS - MA, 01/10/97.

Governo regulariza 14 áreas de quilombolas no Maranhão

Pela primeira vez no Brasil, um governo estadual assume a luta em defesa da memória e da integridade física e espiritual dos grupos remanescentes de quilombos, núcleo de resistência que se formaram contra a escravidão. Em solenidade realizada ontem no palácio Henrique de La Roque, a governadora Roseana Sarney lançou o programa que vai beneficiar as comunidades

munidades negras tradicionais.

Roseana definiu o programa de audacioso. A afirmação foi baseada no reconhecimento de nada menos que 14 áreas, incluindo Jamary dos Pretos, num total de 88 mil hectares. Ao todo o programa atinge 61 povoados em sete municípios: Alcântara, Codó, Caxias, Itapecuru-Mirim, Olinda Nova, Turiaçu e Presidente Vargas.

A governadora fez questão de frisar que o programa só foi possível por causa da parceria que, por meio do Iterma e do programa Comunidade Viva, o governo estabeleceu com a SMD-DH, através do projeto Vida de Negro, com o apoio do CCN e da Fetaema.



Decreto foi assinado ontem pela governadora Roseana Sarney

Remanescentes de quilombos serão assentados pelo governo

O governo do Maranhão intensifica as ações na zona rural. Em solenidade hoje, às 15h30, no Palácio Henrique de La Roque, a governadora Roseana Sarney assina decreto criando o primeiro projeto de assentamento estadual em área remanescente de quilombo ou de comunidade negra tradicional. O assentamento vai beneficiar as 152 famílias que vivem em Jamari dos Pretos, área de 13.980 hectares, localizada no município de Turiaçu.

Na mesma solenidade, a governadora vai assinar um outro decreto, estabelecendo como prioritárias as ações de assentamento em 13 áreas remanescentes de quilombos ou de comunidades negras tradicionais. Ao todo, incluindo Jamari dos Pretos, as áreas somam mais de 80 mil hectares, onde vivem cerca de 1.400 famílias, que, além de terem garantido o direito de propriedade da terra, vão contar com apoio para incrementar a produção.

O presidente do Iterma, Marcos Kowarick, informou ainda que a gover-

nadora vai entregar aos representantes das comunidades que participam da solenidade, os laudos antropológicos que caracterizam as áreas como quilombolas ou remanescentes de comunidades negras tradicionais. "Com essas ações, o que o governo quer é garantir o direito à propriedade da terra e dar condições para melhorar as condições de vida destas comunidades, através, principalmente, do incremento da produção", disse Marcos Kowarick.

As 13 áreas em que as ações de assentamento terão prioridade, de acordo com o decreto a ser assinado hoje, são: Mata de São Benedito, Mocambo, Santa Rosa e Piqui/Santa Maria (em Itapecuru-Mirim); Mocarongo, Santo Antônio dos Pretos e Eira dos Coqueiros (Codó); São Raimundo e Tamatatiua (Alcântara); Comunidade Negra Rural de Cipó e Jenipapo (Caxias); Finca-Pé (Presidente Vargas); e Olho d'Água (Nova Olinda).

JORNAL O DEBATE
SÃO LUÍS-MA, 02/10/97.

JORNAL O DEBATE
SÃO LUÍS-MA, 02/10/97

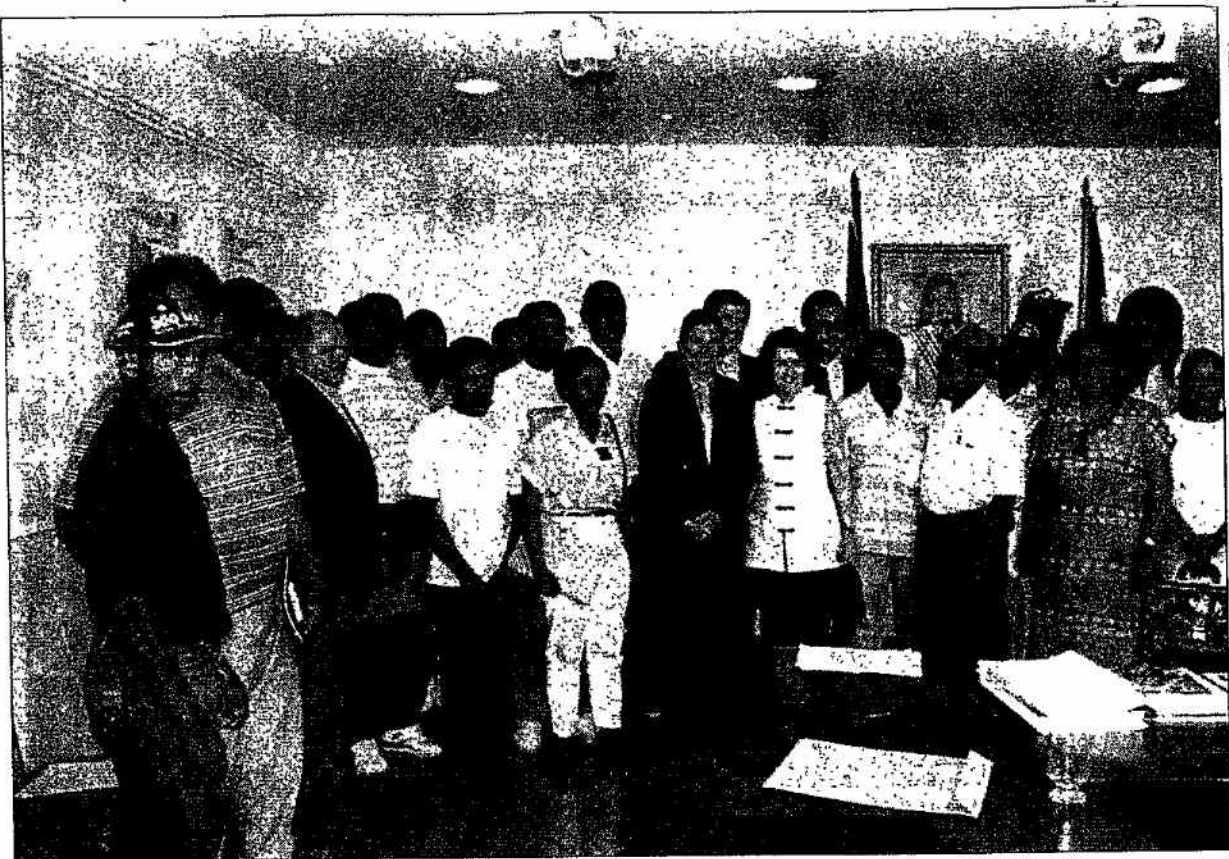
Governo do MA

assegura propriedade

Remanescentes de escravos têm terras que ocupam

garantidas por decreto governamental no Maranhão

De Iequis/Secom



Lideranças negras posam com a governadora Roseana Sarney, depois da assinatura do decreto

Pela primeira vez no Brasil, um governo estadual assume a luta em defesa da memória e da integridade física e espiritual dos grupos remanescentes dos quilombos, núcleos de resistência que se formaram contra a escravidão. Em solenidade realizada ontem, no palácio "Henrique de La Rocque", a governadora Roseana Sarney lançou um programa de afirmação da cidadania dos descendentes de escravos.

Ela assinou dois decretos: um cria o primeiro assentamento especial quilombola do Maranhão, em Jamari dos Pretos, no município de Turiaçu; outro, considera prioritárias as ações de assentamento em 13 áreas remanescentes de quilombos ou de comunidades negras tradicionais.

"Tenho a nítida sensação de que, juntos, estamos hoje fazendo história", afirmou a governadora, após assinar os decretos, na presença de secretários de Estado, dirigentes de órgãos estaduais, representantes das comunidades negras e de entidades que participam do programa, parceiras do governo - a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaema), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Centro de Cultura Negra (CCN). "A comunidade negra e toda a sociedade podem estar certas de que temos, hoje, um governo comprometido com

o respeito e a valorização da cultura afro-maranhense", ressaltou Roseana Sarney.

Abrangência - O programa lançado ontem, que a governadora definiu como "audacioso e de grande porte", reconhece, para efeito de recuperação e regularização, 14 áreas - incluindo Jamari dos Pretos -, que somam 88 mil hectares, em benefício de 1.410 famílias. Ao todo, o programa atinge 61 povoados, em sete

municípios: Alcântara, Codó, Caxias, Itapecuru-Mirim, Olinda Nova, Turiaçu e Presidente Vargas.

Só a área de Jamari dos Pretos possui 13 mil 980 hectares, onde vivem 152 famílias. As terras estão sendo regularizadas pelo Iterma e, agora, a comunidade vai contar com a ajuda do governo para a implantação, na área, de uma infra-estrutura mínima de desenvolvimento.

Na solenidade, a governadora também entregou aos representantes das comunidades negras cópias do levantamento que foi feito sobre as áreas em que vivem, para efeito de assentamento. Levantamento que - como fez questão de frisar a governadora -, só foi possível por causa da parceria que, por meio do Iterma e do programa Comunidade Viva, o governo estabeleceu com a SMDDH.

GOVERNO DO ESTADO CRIA PRIMEIRO ASSENTAMENTO ESPECIAL DE QUILOMBOS

Pela primeira vez no Brasil, um governo estadual assume a luta em defesa da memória e da integridade física e espiritual dos grupos remanescentes dos quilombos, núcleos de resistência que se formaram contra a escravidão. Em solenidade realizada ontem (01/10), no Palácio Henrique de La Rocque, a governadora Roseana Sarney lançou um programa de afirmação da cidadania dos descendentes de escravos, assinando dois decretos: o que cria o primeiro assentamento especial quilombola do Maranhão, em Jamari dos Pretos, no município de Turiaçu, e o que considera prioritárias as ações de assentamento em outras 13 áreas remanescentes de quilombos ou de comunidades negras tradicionais.

"Tenho a nítida sensação de que, juntos estamos hoje fazendo história", afirmou a governadora, após assinar os decretos, na presença de secretários de Estado, dirigentes de órgãos estaduais, representantes das comunidades negras e de entidades que participam do programa, em parceria com o governo, entre elas a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaema), Comissão Pastoral da terra (CPT) e Centro de Cultura Negra (CCN). "A comunidade negra e toda a sociedade podem estar certas de que temos, hoje, um governo comprometi-

do com o respeito e a valorização da cultura afro-maranhense", ressaltou Roseana Sarney.

O programa lançado ontem, que a governadora definiu como "audacioso, de grande porte", reconhece, para efeito de recuperação e regularização, nada menos que 14 áreas - incluindo Jamari dos Pretos -, que somam 88 mil hectares, em benefício de 1.410 famílias. Ao todo, o programa atinge 61 povoados, em sete municípios: Alcântara, Codó, Caxias, Itapecuru-Mirim, Olinda Nova, Turiaçu e Presidente Vargas. Só a área de Jamari dos Pretos possui 13 mil 980 hectares, onde vivem 152 famílias. As terras estão sendo regularizadas pelo Iterma e, agora, a comunidade vai contar com a ajuda do governo para a implantação, na área, de uma infra-estrutura mínima de desenvolvimento.

Levantamento - Na solenidade, a governadora também entregou aos representantes das comunidades negras cópias do levantamento que foi feito sobre as áreas em que vivem, para efeito de assentamento. Levantamento que - como fez questão de frisar a governadora -, só foi possível por causa da parceria que, por meio do Iterma e do Programa Comunidade Viva, o governo estabeleceu com a SMDDH, através do projeto "Vida de Negro", com apoio do CCN e da Fetaema. "É essa forma de tra-

balho, baseada na integração com a sociedade civil, em todos os níveis, que nos distingue e criou esse fato ímpar no Brasil", destacou Roseana Sarney.

Aos participantes da solenidade, a governadora garantiu que o programa não se limitará às ações ontem efetivadas. A arrecadação das terras públicas, segundo ela, vai continuar, não se limitando a Jamari dos Pretos. Em Nova Olinda, por exemplo, o governo já iniciou, com o Incra, a desapropriação de mil hectares. Roseana Sarney informou que o governo vai adquirir áreas pequenas e transferir os seus domínios para o Estado, onde serão criados assentamentos. "E vamos integrar nesse trabalho o programa Comunidade Viva, para criação nessas áreas, de infra-estrutura de saneamento, estradas e energia", acrescentou.

As áreas remanescentes de quilombos ou de comunidades negras tradicionais consideradas prioritárias para ações de assentamento, conforme os decretos assinados ontem, são: São Raimundo e Tamatatiua (Alcântara); Mocarongo, Santo Antônio dos Pretos e Eira dos Coqueiros (Codó); Genipapo e Comunidade Negra Rural de Cipó (Caxias); Mata de São Benedito, Mocambo, Santa Rosa, Piqui/Santa Maria (Itapecuru-Mirim); Olho d'Água (Nova Olinda); Finca-Pé (Presidente Vargas); e Jamari dos Pretos (Turiaçu).

JORNAZ PEQUENO
SÃO LUIS - MA, 02/10/97

Criado assentamento quilombola

Pela primeira vez no Brasil, um governo estadual assume a luta em defesa da memória e da integridade física e espiritual dos grupos remanescentes dos quilombos, núcleos de resistência que se formaram contra a escravidão. Em solenidade realizada ontem (01/10), no Palácio Henrique de La Rocque, a governadora Roseana Sarney lançou um programa de afirmação da cidadania dos descendentes de escravos, assinando dois decretos: o que cria o primeiro assentamento especial quilombola do Maranhão, em Jamari dos Pretos, no município de Turiaçu, e o que considera prioritárias as ações de assentamento em outras 13 áreas remanescentes de quilombos ou de comunidades negras tradicionais.

"Tenho a nítida sensação de que, juntos, estamos hoje fazendo história", afirmou a governadora, após assinar o decreto, na presença de secretários de Estado, dirigentes de órgãos estaduais representantes das comunida-

des negras e de entidades que participam do programa, em parceria com o governo, entre elas a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaema), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Centro de Cultura Negra (CCN). "A comunidade negra e toda a sociedade podem estar certas de que temos, hoje, um governo comprometido com o respeito e a valorização da cultura afro-maranhense", ressaltou Roseana Sarney.

O programa lançado ontem, que a governadora definiu como "audacioso, de grande porte", reconhece, para efeito de recuperação e regularização, nada menos que 14 áreas - incluindo Jamari dos Pretos -, que somam 88 mil hectares, em benefício de 1.410 famílias. Ao todo, o programa atinge 61 povoados, em sete municípios: Alcântara, Codó, Caxias, Itapecuru-Mirim, Olinda Nova, Turiaçu e Presidente Vargas. Só a área de Jamari dos Pretos possui 13 mil 980 hectares, onde vivem 152 famílias. As terras estão sendo regularizadas

pelo Iterma e, agora, a comunidade vai contar com a ajuda do governo para a implantação, na área, de uma infra-estrutura mínima de desenvolvimento.

LEVANTAMENTO

Na solenidade, a governadora também entregou aos representantes das comunidades negras cópias do levantamento que foi feito sobre as áreas em que vivem, para efeito de assentamento. Levantamento que como fez questão de frisar a governadora -, só foi possível por causa da parceria que, por meio do Iterma e do programa Comunidade Viva, o governo estabeleceu com a SMDDH, através do projeto "Vida de Negro", com apoio do CCN e da Fetaema. "É essa forma de trabalho, baseada na integração com a sociedade civil, em todos os níveis, que nos distingue e criou esse fato ímpar no Brasil", destacou Roseana Sarney.

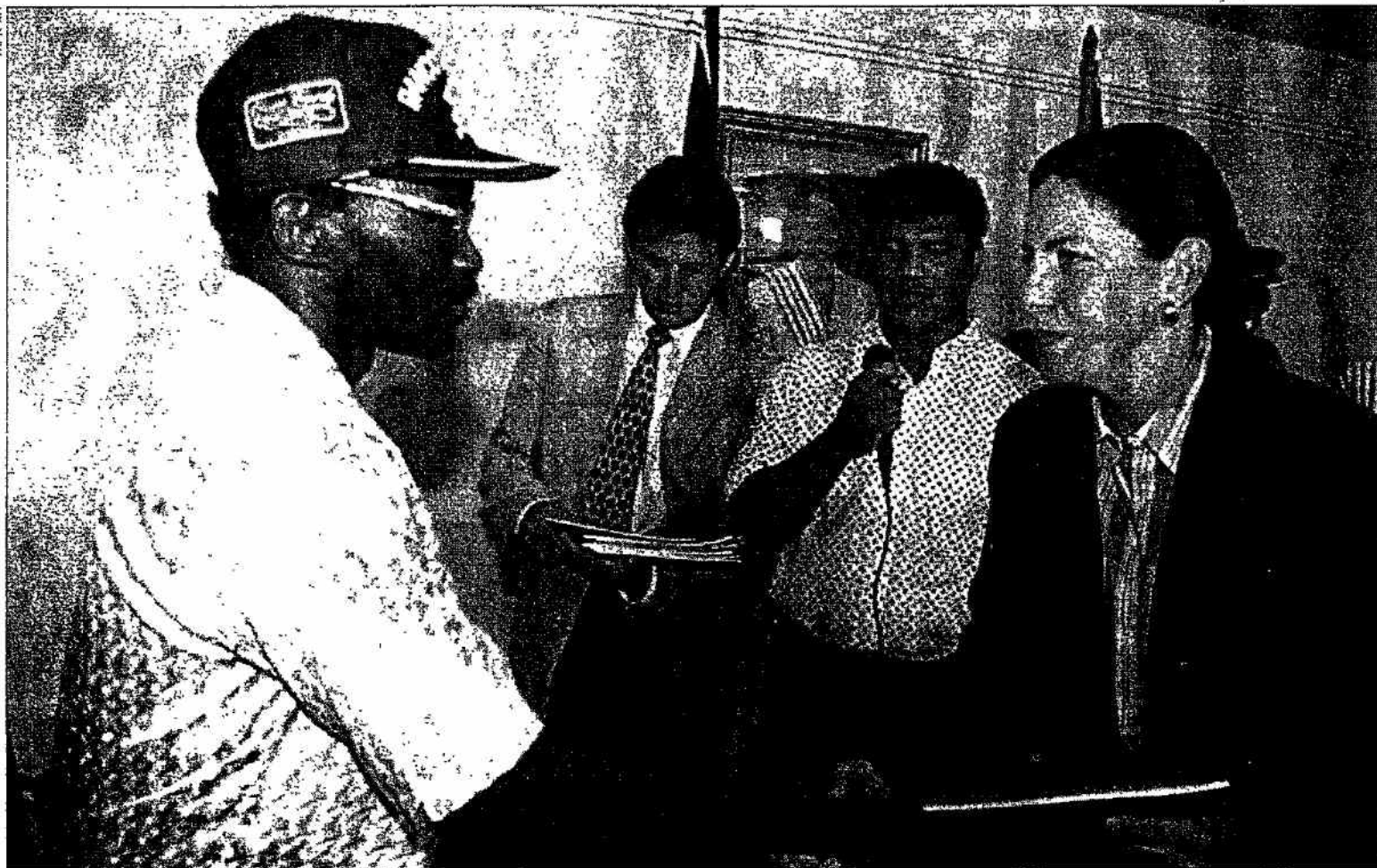
Aos participantes da solenidade, a governadora garantiu que o programa não se limitará às ações ontem efetivadas. A arrecadação das terras públicas, segundo ela, vai continuar, não

se limitando a Jamari dos Pretos. Em Nova Olinda, por exemplo, o governo já iniciou, com o Incra, a desapropriação de mil hectares. Roseana Sarney informou que o governo vai adquirir áreas pequenas e transferir os seus domínios para o Estado, onde serão criados assentamentos. "E vamos integrar nesse trabalho o programa Comunidade Viva, para criação, nessas áreas, de infra-estrutura de saneamento, estradas e energia", acrescentou.

As áreas remanescentes de quilombos ou de comunidades negras tradicionais consideradas prioritárias para ações de assentamento, conforme os decretos assinados ontem, são: São Raimundo e Tamatatiua (Alcântara); Mocrongo, Santo Antonio dos Pretos e Eira dos Coqueiros (Codó); Jenipapo e Comunidade Negra Rural de Cipó (Caxias); Mata de São Benedito, Mocambo, Santa Rosa, Piqui/Santa Maria (Itapecuru-Mirim); Olho d'Água (Nova Olinda); Finca-Pé (Presidente Vargas); e Jamari dos Pretos (Turiaçu).

JORNAL O IMPARCIAL
SÃO LUIS-MA, 02/10/97.

COMUNIDADE NEGRA



Roseana entregou cópia do decreto sobre o assentamento para líder negro em solenidade no Palácio Henrique La Rocque

Clima de tensão acaba com projeto

O clima de tensão no povoado de Jamari dos Pretos (Turiaçu) causado pela invasão de um fazendeiro na área terá a situação definida com a criação do Projeto Especial Quilombola Jamari dos Pretos, através do decreto estadual nº 15.848. Estas terras estão sendo objeto de regulamentação fundiária a cargo do Iterma, para atender as famílias em regime de exploração comunitária de atividades agrícola e extrativista.

Pelo levantamento histórico da Sociedade Maranhense de defesa dos Direitos Humanos, o povoado Jamari dos Pretos está localizado na microregião do Gurupi, município de Turiaçu, caracterizado como área de exclusividade negra no Maranhão, onde existiu extraordinário número de quilombos ou mocambos.

Moradias - No Jamari existem 110 casas e cerca de 152 famílias, o equivalente a cerca de 1.000 pessoas. Estas 110 habitações foram o perímetro considerado como a sede do povoado. São eles: Santo Antônio, Capina, Arrudá, Grota, Outeiro das Queimadas.

Fora deste aglomerado da sede, foram contadas mais seis casas na localidade de Boa Vista e doze no Cajual.



Os moradores da comunidade negra de Frechal, em Mirinzal, fazem passeata pelo título de posse da terra

Os recursos são do Banco Mundial

O advogado da Sociedade Maranhense de defesa dos Direitos Humanos, Luís Antonio Pedrosa diz que além da identificação das áreas remanescentes de antigas formações sociais negras, foram sistematizadas pela SMDDH os modelos agrários dessas comunidades, sendo que a detecção dos problemas ambientais na Bacia do Rio Itapecuru e

adjacências será efetivada pelo Iterma.

Os trabalhos realizados pela sociedade contaram com uma equipe composta por advogados, antropólogo, pesquisadores de campo, fotógrafo e cadastradores.

Recursos - O advogado da entidade informa que para a execução do projeto foi firmado um convênio entre a Secretaria

de Planejamento e o Iterma, com recursos oriundos do Banco Mundial (BIRD), através do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), na ordem de R\$ 13.270,00.

Para os trabalhos da entidade (levantamento cartorial, estudo antropológico e levantamento sócio-econômico) foram repassados à sociedade, R\$ 82.760,00.

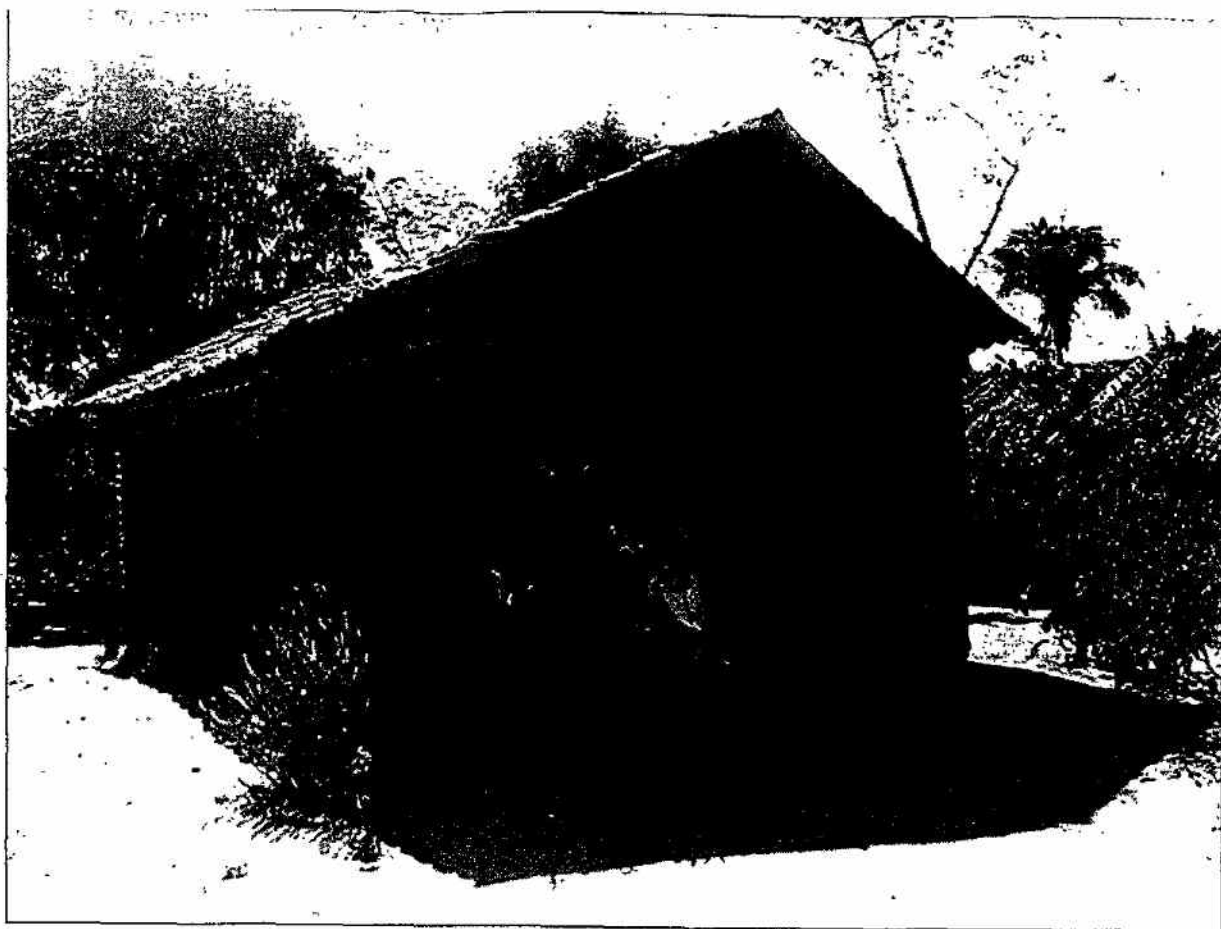
Até o final deste ano, o Instituto de Colonização de Terras do Maranhão (Iterma) vai instalar nas 14 áreas remanescentes de Quilombo o Projeto Básico de Desenvolvimento e Melhoria de Vida das Populações Negras. A medida será possível graças ao decreto nº 15.849, assinado pela governadora Roseana Sarney na última terça-feira, que regulamenta a legalização das terras de negro como prioridade no Maranhão.

Durante a solenidade da assinatura do decreto, representantes da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), entregaram para a governadora o levantamento histórico, antropológico e jurídico realizado nas áreas remanescentes de quilombo.

Com base neste trabalho caberá ao Iterma a demarcação, titulação e instalação de projetos de infra-estrutura para as 14 áreas remanescentes de quilombo.

Delimitação - O diretor-presidente do Iterma, Marcos Kowarick, informa que os técnicos do instituto irão arrecadar as terras públicas, ou seja, irão delimitar os limites e definir a situação jurídica, o que consiste na transferência da propriedade da terra que esteja em nome de herdeiros para o Estado.

Caberá ainda ao Iterma, realizar o mapeamento das áreas



Um dos representantes das comunidades negras, remanescente de quilombolas, sentado na porta de sua casa

adjacentes aos quilombos, assim como, implantar o projeto de melhoria de vida dos moradores das áreas.

Uma outra medida será classificar as terras como áreas de assentamento especial, pois desta forma os moradores serão beneficiado com os projetos destinados Reforma Agrária.

Título - Kowarick assegura que nesta etapa será definida a forma do título que os moradores desejam para as áreas. "O que não depender da Justiça será concluído até dezembro deste ano", garante o

diretor do Iterma.

Pelos dados da SMDDH são 14 áreas, dentro de 88.000ha, onde vivem 1.410 famílias, distribuídas em 61 povoados encravados em sete municípios.

O levantamento foi feito através do Projeto Terra de Quilombo, que foi resultado dos compromissos de cooperação técnica entre o Iterma e a sociedade.

Objetivo - O objetivo, como informa o advogado da entidade, Luís Antônio Pedrosa, foi o reconhecimento e a regularização das áreas

remanescentes de quilombos e comunidades negras tradicionais, além da preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável das glebas, conhecidas como 'terras de preto'.

Luís Antônio Pedrosa informa que a sociedade realizou levantamentos cartoriais, estudos antropológicos e levantamento sócio-econômico em 15 áreas, situadas em 10 municípios (Itapecuru-Mirim, Codó, Caxias, Matinha/ Olinda Nova, Alcântara, Vargem Grande/ Presidente Vargas, Mata Roma e Turiacu).



CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO
Reconhecido como Utilidade Pública pela Lei nº 4673/85
Pela Organização Política - Cultural do Negro
~~Fundado em 19 de Setembro de 1979~~



Sede Própria: Rua dos Guaranis, S/N - Barés - João Paulo - C.C.C.(MF) 06.792.287/0001-16 Caixa Postal 430 São Luis-MA

São Luis(MA), 29 de Outubro de 1997

DO: Centro de Cultura Negra do Maranhão/ Projeto Vida de Negro-PVN. Telefax (098) 231 1601

PARA: Quilombos, Entidades do Movimento Negro e Entidades de Apoio a Zona Rural.

Prezados(as) Companheiros(as),

Estamos encaminhando para o seu conhecimento cópias dos decretos estaduais, referente a regularização fundiária de 14 áreas de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Maranhão. O referido trabalho foi realizado através do convênio entre a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão-ITERMA, através do Projeto Terras de Quilombos.

Em anexo, convite do V Encontro de Comunidades Negras Rurais: Quilombos e Terras de Preto no Maranhão, que será realizado no período de 20 a 23 de novembro/97, em São Luis-MA.

Saudações Quilombolas!

Ivan Rodrigues Costa

P/ Coord. do PVN/CCN/SMDDH

Centro de Cultura Negra do Maranhão
Rua dos Guaranis S/N Barés - João Paulo
CAIXA POSTAL 430
SÃO LUIS - MARANHÃO

Telefax (098) 231 1601

SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS-SMDDH
CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO-CCN/MA
COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS QUILOMBOS MARANHENSES-CEQ/MA

CONVÊNIO: SMDDH e Instituto de Colonização e Terras do Maranhão-ITERMA

PROJETO TERRA DE QUILOMBOS

O **Projeto Terra de Quilombos** é resultado do compromisso de cooperação técnica entre o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), objetivando o reconhecimento e a regularização das áreas remanescentes de quilombos e comunidades negras tradicionais, além da preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável nessas glebas, conhecidas como “terras de preto”. O convênio, assinado em 25/11/96, buscou contemplar as reivindicações feitas pela SMDDH, Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), Coordenação Estadual dos Quilombos Maranhenses (CEQ-MA) e FETAEMA, entre outras entidades, sendo que os trabalhos só se iniciaram em janeiro de 97 por questões administrativas.

Nessa primeira etapa, a SMDDH realizou levantamentos cartoriais, estudos antropológicos e levantamento sócio-econômico em 14 áreas, situadas em 10 municípios (Itapecuru-Mirim, Codó, Caxias, Matinha/Olinda Nova, Alcântara, Vargem Grande/Presidente Vargas, Mata Roma e Turiaçu). Foram 1.405 famílias beneficiadas pelo projeto, distribuídas em 61 povoados de negros.

Além da identificação das áreas remanescentes de antigas formações sociais negras, foram sistematizados pela SMDDH os modelos agrários dessas comunidades, sendo que a detecção dos problemas ambientais na Bacia do Rio Itapecuru e adjacências será efetivada pelo ITERMA. Do mesmo modo, essa instituição oficial implementará projeto de desenvolvimento sustentável com ampla participação das comunidades, de modo a se habilitarem em programas de apoio como PAPP/Comunidade Viva, PROCERA e outros.

Conforme termo de compromisso, coube ao ITERMA, além do repasse dos recursos, fornecer à entidade conveniada apoio técnico-administrativo necessário ao bom desempenho do projeto.

Os trabalhos realizados pela SMDDH contaram com uma equipe composta por advogados, antropólogo, pesquisadores de campo, fotógrafo e cadastradores. Para a execução do projeto foi firmado um convênio entre a Secretaria de Planejamento e o ITERMA, com recursos oriundos do Banco Mundial (BIRD), aportados pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), na ordem de R\$ 133.270,00. Para as atividades realizadas pela SMDDH (levantamento cartorial, estudo antropológico e levantamento sócio-econômico) foram repassados à entidade R\$ 82.760,00.

Daqui por diante, o ITERMA será responsável pela demarcação, titulação coletiva e infraestrutura (eletrificação, poços artesianos, habitação, estradas, postos de saúde, escolas etc) das áreas beneficiadas pelo projeto.

Observação: Os documentos (relatórios das áreas de quilombos), foram entregue dia 01/10/97, para Governadora Roseana Sarney e para o Presidente do ITERMA, às 16:00 horas, no palácio.